



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16617 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

POLÍTICAS PÚBLICAS, JOVENS DO CAMPO E TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Bruna dos Santos Euzebio - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

POLÍTICAS PÚBLICAS, JOVENS DO CAMPO E TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Políticas educacionais - Jovens do campo - Escolarização – Ensino Superior

1 INTRODUÇÃO

Estudos demonstram que no ensino superior, há uma crescente demanda de democratização do acesso para as populações do campo desde o início do século XXI, com a criação de políticas para assegurar a escolarização desta parcela da população brasileira historicamente marginalizada (Brocco e Zago, 2013).

A população do campo, a partir do Movimento por uma Educação do Campo no final do século XX (Munarim, 2017), presenciou um processo de mudanças na perspectiva dos direitos sociais que alcançassem os sujeitos do campo. Marcos históricos como Diretrizes Operacionais (2002), Encontros Nacionais (1997), Conferências Nacionais (2004) são exemplos emblemáticos nas lutas sociais por condições dignas de educação no campo brasileiro, entre os sécs XX e XXI.

Em 2010, com o Decreto n.º 7.352, que “dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária -

PRONERA, o direito ao acesso ao ensino superior”, e similarmente, o Plano Nacional de Educação (2014-2024), no qual estão previstas metas e estratégias específicas que visam assegurar a continuidade da escolarização e o acesso ao ensino superior para os estudantes do campo (Brasil, 2014), podemos ver como o tema da EC avançou nos documentos e políticas públicas no Brasil apesar das dificuldades em concretizá-las nas realidades do campo (Munarim, 2017; Nascimento et al., 2020). Para a classe trabalhadora do campo, o ES está circunscrito em um processo de acesso às políticas de inclusão desde a Educação Básica, tendo em vista que a permanência na escolarização é uma prerrogativa de adequadas condições de estudo.

Este artigo está vinculado a um projeto de pesquisa institucional com financiamento do CNPQ, realizada em uma universidade pública da Bahia que busca “analisar os impactos das políticas educacionais na trajetória de escolarização e formação de estudantes oriundos do campo que alcançam os cursos de graduação”. Por um problema social e histórico, a pesquisa se fundamenta nos princípios do Materialismo Histórico Dialético e no campo de estudo da Educação do Campo, com foco na análise da desigualdade de classe (Martins; Lavoura, 2018). Com abordagem metodológica quali-quantitativa, a pesquisa combina análise documental e bibliográfica. É a partir da etapa parcialmente concluída de análise bibliográfica e documental, que este texto é apresentado neste momento. O objetivo desta etapa do estudo é identificar as Políticas Educacionais que vem contribuindo com condições de formação/escolarização dos sujeitos do campo. As buscas de políticas e programas tem sido a partir do Decreto de 2010.

2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CENÁRIO DOS JOVENS DO CAMPO

São muitos os problemas que a juventude do campo vive na escolarização, como a precariedade das instituições escolares, as fragilidades na formação docente, currículos descontextualizados das realidades comunitárias, vulnerabilidade das condições de estudo. Ressalta-se ainda, a restrição de orçamentos e verbas para investir em políticas educacionais durante a Educação Básica (EB) e o Ensino Superior (ES) e o conseqüente aumento de fechamento das escolas (Vendramini, 2015). A trajetória incerta no processo de escolarização na EB destes jovens, fica ainda mais desafiadora na universidade, pois, como filhos da classe trabalhadora, para garantir a permanência no ES é necessário que haja investimento das políticas públicas e institucionais. (Redin, 2017).

A etapa do ES, constitui-se como decisiva na formação dos jovens da classe trabalhadora, e se tornou possível nas IES públicas graças às políticas afirmativas das cotas junto ao Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM. O processo de inserção e de vivência da juventude do campo na universidade é complexo e requer uma análise. Neste texto, adotaremos “campo” para expressar um território rural permeado por conquistas sociais advindas das lutas coletivas, que desde o

século XX, desembocaram em direitos sociais para a sua população (Souza, 2012). A juventude oriunda do campo, é diversa, plural e cada vez mais presente no cotidiano acadêmico, é importante compreender o alcance das políticas existentes e quiçá, a necessidade de elaboração de outras tantas visando qualificar a experiência desses jovens.

2.1 Juventude do campo e ensino superior

A definição de “juventude” diz respeito a identidades sociais, imersas em múltiplos contextos com a predominância das relações de hierarquia social entre campo e cidade, bem como de uma educação caracterizada pela multissérie, currículo inadequado e infraestrutura aquém do esperado. (Castro, 2009). Ser jovem do campo é lidar com um modo de vida marcado por retrocessos econômicos, sociais e políticos, e, ao mesmo tempo, continuar vivendo um tempo histórico no qual as mazelas da sociedade capitalista se intensificam mediante a indiferença estatal (Castro, 2009). Para além da EB, os estudos da EC têm se concentrado em processos de formação universitária via a política de Educação do Campo (BRASIL, 2010), com o PRONERA e o Pronacampo na tentativa de fomentar o reconhecimento desses sujeitos em constante movimento, em ações coletivas sociais e políticas (Arroyo, 2012). Nesta perspectiva, os estudos voltados para o ES estão em acordo com os avanços e retrocessos nas políticas educacionais e suas conexões com os coletivos do campo.

É perceptível que o processo de escolarização dessa camada da população, junto aos coletivos sociais (movimentos sociais) e até a população do campo que, não organizada em movimentos, se espalha pela educação básica em processos possíveis que podem ou não deflagrar no acesso à universidade. Em sua maioria, são jovens que vivenciam um processo de escolarização com muitos desafios socioeducacionais (Redin, 2017) e muitas vezes as condições de vida são fatores que limitam o acesso/permanência acadêmica.

Em vista disso, mesmo com a lei 12.711/2012, que institui a política de Cotas, apenas 17,7% da população na faixa etária de 18 a 24 anos no Brasil tem acesso à ES, e desse total, o número de evasão no ensino presencial, chega a 31% (ANTONUCCI,2023). Isso porque, mesmo que a universidade pública tenha se expandido no período compreendido entre 1930 e 1970, até os dias atuais as políticas mercantilistas do ensino superior fortaleceram o setor privado, que hoje somam aproximadamente 2 mil IES (Instituição de Ensino Superior) e 70% do total de matrículas (Barreto, 2021; Barboza, 2023).

Para o campo, muitos foram os avanços mediante as lutas dos movimentos sociais, travados pela efetivação da garantia de qualidade do direito público subjetivo para os jovens do campo, das águas e das florestas (Caldart, 2008;

Munarim, 2016). A exemplo da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n.º 9.394/96 e posteriormente, a Política de Educação do Campo, Decreto no 7.352, de 4 de novembro de 2010, que versa no Art. 1.º que

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto” (BRASIL, 2010).

O direito público de acessar a universidade pública, com garantias de permanência, deve ser visto pelo estado como um investimento profícuo na educação e não como um gasto público (Costa et al., 2021). A juventude do campo que almeja o ensino superior, constitui-se uma parcela da população fragilizada socialmente, que convive com situações de preconceitos, violência e exclusão.

A partir da análise da Lei n.º 13.005/2014, que promulga o Plano Nacional de Educação (PNE) e suas disposições correlatas, emerge uma considerável conquista no cenário educacional destinado às populações do campo. O Artigo 8º, parágrafo 1º, do PNE preconiza que os entes federativos devem incluir em seus planos educacionais estratégias que considerem as peculiaridades das populações do campo, indígenas e quilombolas, garantindo a equidade educacional e a preservação da diversidade cultural.

Assim, os movimentos sociais que lutam pela garantia dos direitos constitucionais da população do campo visam alterar a situação de histórica invisibilidade, tanto no meio acadêmico quanto no sistema político (Paludo, 2018). Ao mapear as políticas que estão ao alcance da juventude do campo a partir dos avanços legais das últimas décadas, é importante verificar como estudantes que ingressam na universidade, conseguem reconhecer e avaliar este processo de conquistas sócio educacionais e como/se suas trajetórias foram por elas afetadas, levando em conta ainda, que nem todos ingressam com apoio e estrutura dos coletivos socioculturais dos movimentos sociais e das comunidades tradicionais.

2.2 Resultados e discussões:

Para mapear as políticas educacionais (incluindo os programas institucionais) a estratégia foi pensar em duas perspectivas, o que há de possibilidades no território da educação básica, e o que há de possibilidades no cenário do ensino superior que abarcasse as demandas de escolarização e formação dos jovens na sua trajetória de uma etapa para outra. O parâmetro foi o Decreto 7352/2010, que

instala a política de Educação do Campo e define de forma ampla, no seu artigo 1º, quem são os sujeitos do campo:

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

Assim, foi possível se dedicar nas buscas por ações do governo (entendendo a política pública como “o estado em ação” - Hofling 2002) capaz de alcançar esta população.

Para as políticas de 2010 a 2023, destacam-se as seguintes iniciativas para a Educação Básica: além do já citado PRONERA instituído pelo Decreto nº 7.352/2010, o Programa Escola Ativa (PEA) de 2010, que auxilia o trabalho educativo em classes multisseriadas, promovendo metodologias adequadas para essas turmas. O Programa “Mais Educação”, 2010-2016, ofereceu educação básica em tempo integral, buscando ampliar o tempo de permanência dos alunos nas escolas (pequenos municípios inclusos); com os recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo foram contempladas quando criado em 2012, inclui-se também a Assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos.

O PDDE Campo - Programa Dinheiro Direto na Escola (2012), ofereceu recursos financeiros para infraestrutura física, de acordo com o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (2012) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (2012) ambas orientam a ação educacional junto ao tema das comunidades tradicionais em diversas etapas da EB.

O PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo (2013), visa a formação de professores, adaptação de currículos e estruturas escolares, considerando a realidade específica das comunidades locais. O PDDE Água e Esgoto Sanitário - Programa Dinheiro Direto na Escola (2021) visa destinar recursos financeiros às escolas do campo e quilombolas, visando o abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e ao esgotamento sanitário nas unidades escolares.

A Pedagogia da Alternância (2023) objetiva a formação de estudantes do campo, e de comunidades tradicionais em contextos intraculturais. É pertinente citar o Pronatec Campo (2008), a Política Nacional de Alimentação Escolar PNAE (2009) e o Projovem Campo (2009), anteriores ao Decreto nº 7.352/2010, como importantes marcos legais.

Quanto ao ensino superior, além do PRONERA (2010), há o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID-2010) antecipando o vínculo dos alunos de cursos de licenciatura presencial com a sala de aula da rede pública; Mais Futuro (2015) que oferece auxílio permanência para estudantes universitários de baixa renda; o PRP - Programa Residência Pedagógica (2018) permitindo que licenciandos bolsistas atuem em instituições de educação básica sob supervisão; PBM - Programa Bolsa Monitoria (2020) possibilita a iniciação à docência dos alunos regularmente matriculados na graduação em uma área específica.

Os estudos acadêmicos revisados até o momento indicam que as políticas de permanência são cruciais para os jovens que frequentemente enfrentam desafios socioeconômicos significativos. O Decreto de 2010 foi um marco importante após as Diretrizes Operacionais de 2002, no entanto, a análise preliminar sugere que suas contribuições têm sido limitadas no que se refere à integração do ES com a realidade do campo. Há uma carência de mecanismos que garantam efetivamente o acesso e a permanência dos jovens do campo nas universidades, o que ainda requer um debate aprofundado e ações mais eficazes. Programas como o PIBID, Mais Futuro e PRP são essenciais, mas não suficientes, pois nem sempre duram o tempo necessário para a conclusão dos cursos.

Os jovens do campo têm enfrentado desafios persistentes em termos de acesso, permanência e qualidade do ensino. A infraestrutura escolar inadequada e currículos pouco contextualizados com as realidades dificultam a jornada educacional desde a educação básica. A falta de apoio financeiro adequado durante a formação universitária é uma barreira significativa que ainda precisa ser superada para assegurar uma educação de qualidade. São muitos desafios, incluindo preconceitos, exclusão social e dificuldades de aprendizagem.

As políticas afirmativas têm ampliado o acesso, mas a permanência e as possibilidades de conclusão dos cursos são desafiadoras, ainda mais quando não há um apoio dos coletivos sociais ancorando suas trajetórias. Os resultados iniciais indicam que as políticas institucionais educacionais precisam ser repensadas para criar estratégias de proporcionar um suporte abrangente e contínuo, alinhado às necessidades específicas dos estudantes.

Ao reconhecer os desafios desses estudantes, é essencial proporcionar-lhes visibilidade e assistência de qualidade (Ribeiro et al., 2021), e a investigação sobre

as políticas educacionais face às experiências acadêmicas, emerge como uma ferramenta importante para pensar estratégias em um diálogo comprometido com uma formação humanizadora e de qualidade (Vendramini, 2015; Munarim, 2016). Isso implica não apenas em oferecer vagas nas IES, mas também em criar estratégias eficazes de apoio acadêmico, financeiro e emocional, bem como adaptar os currículos e as práticas pedagógicas para atender às necessidades desses estudantes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em andamento aponta para a necessidade de uma revisão das políticas educacionais e institucionais voltadas para os jovens do campo em sua diversidade e abrangência. Embora tenham ocorrido avanços significativos mais relacionados aos coletivos de lutas sociais (indígenas, quilombolas, assentados e acampados da reforma agrária), ainda há lacunas que precisam ser abordadas para garantir não apenas o acesso dos jovens, mas também a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes das comunidades rurais dispersos e individualizados nos espaços institucionais. A continuidade desta investigação será crucial para aprofundar o entendimento sobre as experiências dos jovens do campo e para promover mudanças efetivas nas políticas educacionais, visando uma formação mais inclusiva, equitativa e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ANTONUCCI, Daniel. Mapa do Ensino Superior no Brasil 2023: um retrato da educação país, **CRM Educacional**, 2023. Disponível em: [Mapa do Ensino Superior 2023: Um Retrato da Educação no País \(crmeducacional.com\)](https://www.crmeducacional.com.br/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2023).

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BARBOZA, Railson. **A mercantilização do ensino superior privado no Brasil**. Diplomatieque, 2023. Disponível em: <https://diplomatieque.org.br/mercantilizacao-ensino-superior-privado-ead/>. Acesso em: 07 de fev. de 2024.

BARRETO, Leticia M.; MANGILI, Aline C.; GIANEZINI, Kelly. Democratização do acesso ao ensino superior à luz do contexto brasileiro e catarinense. **Revista Panorâmica**. v. 3, p. 23, 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014b. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: [L13005 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br).

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação no campo e o Programa Nacional de Educação em Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília, sessão 1, 5. De nov. de 2010. Disponível em: [Decreto nº 7352 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 04 de dez. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB 36/2001.** Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: http://pronaca.mpo.mec.gov.br/im_ages/pdf/mnparecer36de04dedezembrode2001.pdf.

BROCCO, Ana K; ZAGO, Nadir. Condição do estudante de camadas populares no ensino superior (2014). *In: DOMINGOS, Magna R A. Do campo à universidade: análise das trajetórias acadêmicas de jovens oriundos do meio rural.* Viçosa: MG, p. 115, 2021. Disponível em: www.locus.ufv.br. Acesso em: 04 de dez. de 2023.

CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. *In: Educação do campo: campo – políticas públicas – educação.* Organizadora: Clarice A Santos. Brasília. Inkra: MDA. 2008.

CASTRO, Elisa Guaraná [et al.]. **Os jovens estão indo embora? : juventude rural e a construção de um ator político** - Rio de Janeiro : Mauad X ; Seropédica, RJ : EDUR, 2009.

COSTA, Joana S; SILVEIRA, Fernando G; COSTA, Roberta; WALTENBERG, Fabio D. **Expansão da educação superior e progressividade do investimento público.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2021.

MARTINS, Lígia M; LAVOURA, Tiago N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. *Demanda Contínua • Educ. rev. 34 (71) • Sep-Oct 2018* <https://doi.org/10.1590/0104-4060.59428>.

MUNARIM, Antônio. Educação do campo e LDB: uma relação quase vazia. **Retratos da Escola**, [s. l.], v. 10, n. 19, p. 493-506, 2017. Disponível em: <https://retratosda.escol.emnuve.ns.com.br/rde/articleqview/707>.

NASCIMENTO, Mirian B. M; MARQUES, Tatyane G; TRINDADE, Domingos R da. Jovens do campo no ensino superior. **Revista Exitus**, Santarém: PA, v. 10, p. 30, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n0ID1259.

PALUDO, Conceição. Contexto nacional e as exigências para a pesquisa em educação. **Revista Brasileira de Educação**. v. 23, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782018230062>.

REDIN, Ezequiel. Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 63, p. 237-252, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/er/a/yzqG3hGvxST3jxw9z8PTxWx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 de dez. de 2023.

RIBEIRO, Nikolas M A; SILVEIRA, Bárbara S; BRANDÃO, Viviane B G; CARDOSO, Zilmar S. **A educação como instrumento de protagonismo social da juventude em vulnerabilidade social**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.4, p. 40439-40451, 2021. DOI:10.34117/bjdv7n4-483.

VENDRAMINI, Célia R. Qual o futuro das escolas no campo?. **Educação em Revista**, v. 31, p. 49-69, 2015.